



ENTREVISTA

ENTREVISTA COM HELOISA STARLING¹

CPF: Qual o sentido de comemorar os duzentos anos da Independência?

Heloisa: Foi um pouco a ideia que tivemos em nosso seminário, de pensarmos que comemorar significa recordar juntos, e recordar é trazer de volta ao coração. Vamos lembrar, vamos comemorar. Voltar duzentos anos no tempo significa olhar para uma ideia de país que estava sendo construído naquele momento, que estava sendo imaginado naquele momento. É uma ideia de futuro, inclusive. Não existia o Brasil, mas existia uma ideia do Brasil.

E essa ideia do Brasil está sendo acompanhada por alguns procedimentos na sociedade que são muito importantes para nós atualmente, como, por exemplo, o grande debate público que se abriu nesse país, nisso que um dia ia ser o Brasil, para trazer as ideias de República, Federação, liberdade, democracia, Constituição, Parlamento, voto. Eu estava me dando conta de que mesmo naquele momento lá, quando se vai pensar e imaginar a Constituinte de 1823, os representantes brasileiros já são eleitos. É a primeira vez que estamos tratando de votos e representantes; como se estivéssemos varrendo o absolutismo e colocando no lugar uma série de valores da política que são essenciais nos dias de hoje: República, voto, eleição, isso está sendo discutido nos panfletos e jornais... a democracia. Então, tem uma efervescência, um debate entre as pessoas que trocam ideias e são capazes de emitir opiniões juntas. A Independência importa para pensarmos nesse debate, pensarmos nos valores políticos que estão sendo debatidos pela primeira vez, ou que estão assumindo concretude no Brasil contra o despotismo, contra o absolutismo, como escreveram Rafael Cariello e Thales Pereira no livro *Adeus, senhor Portugal*. O projeto vitorioso é o projeto capitaneado pelo Rio de Janeiro. É centralizador, conservador e fundado numa única instituição, que é a escravidão. É a escravidão, inclusive, que vai garantir essa realização. No Brasil que se forma e que se centraliza em torno das províncias, a grande palavra de ordem que permite a Pedro I essa centralização, em parte, é a Guerra de Independência e a maneira como ele vai reprimir e destruir o ciclo revolucionário. Mas na outra perna está também a escravidão, que faz com que

¹ Historiadora, cientista política e professora titular-livre da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É autora de *Os senhores das Gerais* (Vozes, 1986); *Lembranças do Brasil* (Iuperj, 1999); *Brasil: uma biografia* (Companhia das Letras, 2015), com Lilia M. Schwarcz; *República e democracia* (Ed. UFMG, 2017) e *Ser republicano no Brasil colônia* (Companhia das Letras, 2018), entre outros. E-mail: projetorepublicaufmg@gmail.com.

os grandes proprietários adiram ao projeto do Rio de Janeiro. Então, talvez o nó que a gente precisa desmanchar esteja aí.

E tem uma terceira coisa que a gente fez e que acho muito bacana, que é pensarmos que a Independência também nos dá uma arqueologia da esperança. Vamos encontrar nesses anos da Independência, e por isso também importa lembrar a Independência, a população pobre se mobilizando em função dessa esperança, do que virá a ser um país, vemos isso na Bahia com os batalhões, como o João José Reis mostrou, vemos as mulheres se mobilizando, vemos as populações indígenas. Existe uma movimentação em torno da construção da esperança que talvez nos importe quando lembramos a Independência. Refletir sobre esse repertório nos ajuda a conhecer o que somos e o que poderíamos ser, e poderá nos permitir imaginar o que ainda queremos ser e fazer as escolhas juntos.

CPF: Chamamos o seminário e o dossiê de “A outra Independência”. Talvez pudéssemos falar um pouco sobre esse projeto. Como seria?

Heloisa: Esse título foi tomado de um livro muito importante do Evaldo [Cabral de Mello], eu me apropriei da ideia dele de uma outra Independência, um outro projeto de Independência, se souber vai querer direitos autorais (risos). Quando olhamos para a Independência do Brasil, habitualmente, só vemos o projeto vitorioso. Brincamos em nosso seminário que temos que olhar para a Independência de costas para o Ipiranga e de frente para o Brasil. Se a gente for além do Ipiranga, se a gente for além do projeto vitorioso e olhar para o Brasil, vai ver que esse projeto não foi vitorioso por acaso, que ele vai impor uma centralização, uma repressão, as Guerras de Independência, que é muito violento e, inclusive, precisa reprimir aquilo que chamei, a partir do Evaldo, de “a outra Independência”, que se abre antes de 1822, isto é, em 1817, quando Recife instaura a República. A Revolução de 1817 abre esse ciclo, que chamei de ciclo revolucionário, porque ela apresenta um outro projeto para a independência, que é um projeto republicano, com traço libertário forte; inclusive, no momento de instalar a República, era necessário dar conta de princípios de igualdade, de cidadania, que certamente fariam emergir a República na população pobre, na população negra. Não é à toa que a Revolução de 1817 se espalha muito rapidamente para a Paraíba e para o Ceará, do Rio Grande do Norte para o Ceará. Pensem que a República é instalada no Recife em março de 1817, em maio a República é instalada no Crato, no Ceará, num domingo, e à frente da República está uma mulher, que é a Bárbara de Alencar. Ela espera o fim da missa, sai com a população, e aí a população vai até a Câmara, depõe as autoridades portuguesas e proclama a República no Crato.

Esse ciclo revolucionário é longo, porque vai até 1824, com a Confederação do Equador. Começa em 1817, e vamos ter uma série de eventos a partir de 1823 em Pernambuco, a sedição de Goiana, todos de cunho republicano, e alguns muito importantes para nós, como, por exemplo, o levante que ocorre em 1823 da população negra em Pernambuco, comandado pelo [Pedro da Silva] Pedroso, a Pedrosada, e talvez seja a primeira vez no Brasil que vemos um movimento revolucionário que evoca diretamente a revolução do Haiti. As crianças em Olinda estão cantando canções em homenagem às lideranças da revolução do Haiti. Isso é importante porque é um momento em que a República se defronta com a escravidão.

O que a Pedrosada está ensinando para nós, na Independência, é que a República não pode ser conivente com a escravidão. Então, a importância desse levante de que tratamos no seminário é por causa disso. E esse processo vai até o momento em que Pedro I dissolve a Constituinte, outorga uma Constituição, e aí Pernambuco diz “não dá mais”. E aí se convoca a Confederação do Equador, e ela reúne os estados daquilo que hoje seria o Nordeste, que eram as províncias do Norte. Então esse traço que começa em 1817, esse ciclo que começa em 1817 e que vai ser violentamente reprimido em 1824, produz um pensamento político. Podemos pensar principalmente no Frei Caneca, como o Frei Caneca elabora essa discussão, talvez ele seja nosso primeiro pensador republicano, ele apresenta uma ideia de República, ele enfrenta a questão da escravidão e apresenta a ideia de uma Federação em que as províncias teriam autonomia e autossuficiência para se comandarem. Ele está se inspirando naquilo que vê acontecer na Revolução Americana, na independência das três colônias inglesas.

E aí tem coisas muito legais, isto é, esse ciclo cai bem na moda. A gente poderia até chamar a Glória Kalil para fazer essa parte, porque as mulheres, por exemplo, lá no Recife e no Ceará, vão cortar curto o cabelo para acabar com aqueles penteados do Antigo Regime, os homens vão usar chapéu de bambu da terra, algodão da terra, e sempre-viva na lapela para simbolizar a liberdade que nasce em qualquer lugar, não precisa de muito cuidado e é linda como a flor.

Então, a nossa outra independência tem uma história importante para formar nosso repertório hoje.

CPF: O dossiê da revista traz a história das mulheres na Independência, que também é tema do livro *Independência do Brasil*: as mulheres que estavam lá, e traz a história das utopias. Acho que são personagens e lugares da utopia que foram, se não esquecidas, pelo menos adormecidas e que agora estão voltando.

Heloisa: Acho que são duas coisas. Essa ideia da utopia ainda não foi desenvolvida, e o Danilo [Marques] precisa fazer para valer. As utopias são muitas para a gente pensar como conceito, e algumas são inclusive muito reacionárias, mas o Danilo está trabalhando com uma ideia que acho que precisa ser desenvolvida para o Brasil, não conceitualmente, que é a ideia da utopia como um princípio de esperança. Aquela certeza incerta sobre um bem que virá. Então, eu construo a esperança a partir da imaginação do homem, a utopia como essa possibilidade de dar forma à esperança, a essa certeza incerta.

E aí acho que precisa fazer um levantamento, mas a hipótese que tenho é que a Serra do Rodeador, a tentativa de construir uma comunidade livre, com traços igualitários, capaz de reproduzir relações igualitárias de distribuição numa sociedade hierárquica construída em cima da propriedade da terra e da escravidão, é uma novidade extraordinária. Então, ela tem aquela característica utópica que vem de Thomas More: faço a crítica do que estou vendo, a crítica dessa realidade a que estou assistindo, e nessa crítica vou mostrar os pontos dessa realidade que ela não resolve, em que é insatisfatória e tirânica, e a partir do humanismo, da capacidade humana de imaginar alternativas para si próprio, de esperar, de construir, de criar outras formas políticas, crio uma sociedade outra. Portanto, a ideia dessa utopia com esse traço é anterior à Independência, mas está nesse momento em que as ideias de independência estão circulando, porque ela aparece talvez pela primeira vez na Conjuração do Rio de Janeiro.

A Conjuração do Rio de Janeiro é um movimento com traços muito importantes e pouco estudado. Por exemplo, é um momento em que a ideia moderna de democracia, como a gente entende hoje, desembarca no Brasil. É a primeira vez que se começa a discutir o que é a democracia e a importância de praticá-la a partir do seu princípio igualitário e do seu princípio de liberdade. Ela reúne um conjunto de médicos formidáveis que vão pensar, pela primeira vez na história do Brasil, a ideia de que a ciência deve estar voltada para o bem comum. Por exemplo, imagine o que significa você ficar doente no Rio de Janeiro em 1794: os remédios vêm todos de Portugal, então você morre antes de o remédio chegar. Então, o que eles fazem? Saem pelos arredores do Rio de Janeiro, fazem um levantamento da flora, e aí falam: “com essa planta que nasce em tal lugar (aí vem o desenho da planta), dá para fazer um remédio assim ou assim, que serve para tratar tal ou tal doença. E fazem um livro, com desenhos, receitas dos remédios e onde se acham as plantas. E põem na mão dos boticários. Então, a ideia é a ciência diretamente voltada para o bem comum. E aí dizem “não vamos dirigir nosso conhecimento para Portugal, mas para nossa pátria. E como não tem Brasil, a nossa pátria é o Rio de Janeiro”.

Fazem mais ainda. Tem um desses médicos que fala: “está tendo um negócio interessantíssimo na Europa, que é um sujeito que está descobrindo uma coisa que vai funcionar no combate à dor, um analgésico”. O sujeito era Lavoisier, e aí ele fala que a química é muito importante, resumindo: ele faz o primeiro manual de química em língua portuguesa. E fazem imprimir isso em Lisboa. Olha que história bacana.

Então essa Conjuração tem um terceiro traço, que é a utopia. O líder dela, que é um poeta, o Silva Alvarenga, tem a ideia — que não consegue concretizar, pois os conjurados serão presos — de ir até o rio Tageaí, no Rio de Janeiro, para comprar uma sesmaria bem grande e ali criar uma República, a “República do Tageaí”. E Silva Alvarenga diz: “onde os homens e os bichos vão viver em harmonia”. Ele está lendo Rousseau, não há a menor dúvida, está lendo a *Nova Helióisa* de Rousseau, a ideia de Clarendon e tal... Penso que essa ideia da utopia com esse traço da esperança, do engenho humano, com a construção de uma alternativa, aparece na Conjuração. Mas eles não conseguem concretizá-la. E aí, trinta anos depois, em 1823, em Pernambuco, na Serra do Rodeador, a gente tem talvez a primeira instalação de uma utopia, a tentativa de instalar uma utopia no Brasil. E a outra coisa que precisaríamos estudar é que, se isso está certo, se foi a primeira, quais são seus desdobramentos, quais os filhotes dela, quais as outras utopias que serão tentadas no Brasil.

CPF: Estamos falando de utopia e de valores positivos, como bem comum e ciência, mas também houve um uso diferente da comemoração do bicentenário da Independência, como trazer de volta o coração de D. Pedro, que a própria Lilia Schwarcz aborda no livro dela, da utilização dessas imagens, da captura da Independência. E isso vai contra uma outra perspectiva que a gente tomou, tanto no seminário como nas publicações que tivemos, na própria publicação das mulheres, de olhar para outros personagens que nunca foram contemplados pela história tradicional. Você poderia falar um pouco sobre isso, desse uso dessa imagem da Independência, dessa volta ao tradicionalismo?

Heloisa: Então, de um lado, acho que tem isso, porque faz sentido, porque, se o projeto é conservador, se está fundado na escravidão e se D. Pedro, inclusive, um ano depois vai acabar com a Constituinte e vai outorgar uma Constituição, vamos combinar que esse projeto é autoritário. Ou, como diria nosso amigo Frei Caneca, é despótico. Então, ao mesmo tempo em que está se varrendo o absolutismo no Brasil e em Portugal, temos um projeto com traços autoritários. Uma coisa é essa. A segunda coisa, e que talvez esteja ligada, é pensarmos em como a utopia não necessariamente tem essa característica que estamos discutindo aí, com a Conjuração do Rio de Janeiro. Isto é, temos duas formulações utópicas que são péssimas

para o Brasil e que estão presentes em nossa história. Uma é pensar na ideia daquilo que forma o Brasil como um país do futuro, um país que ainda vai se fazer no futuro, sempre postergado, que é a ideia do messianismo. É a utopia do sebastianismo que vamos importar de Portugal, que o messias vai ser instalado, o reino de Cristo, e que isso será instalado pelo rei de Portugal ou pelo messias, aquele que vai incorporar a figura do rei de Portugal. Não tenham muita dúvida de que, quando olhamos para algumas formas de atuação da extrema direita brasileira, vamos encontrar essa utopia do sebastianismo, da instalação do reino de Cristo a partir do rei de Portugal. E que está presente tanto no sebastianismo quanto no Padre Vieira, num livro que se chama *História do futuro*, em que ele também fala da instalação de um futuro em Portugal. E aí se cria uma formulação utópica que não tem nada de libertária. Ao contrário. Essa formulação, essa utopia que posterga a ação no futuro, alguns teóricos a chamam de ucronia.

Agora existe uma segunda forma nada positiva da utopia que também aparece hoje no Brasil, que é pensar na utopia regressiva, que recebe o nome de retrotopia. É a ideia de que um dia o Brasil foi grande, talvez um dia a gente pudesse fazer um seminário sobre essas duas formas de utopia negativa.

CPF: O que é ucronia?

Heloisa: A ucronia é essa utopia que diz respeito ao futuro. A utopia regressiva, a retrotopia, é a do Bolsonaro. Um dia o Brasil foi o que a gente queria que ele fosse. Então temos que voltar ao passado. Temos que caminhar de volta ao passado. Só que com duas características: o passado não foi assim, é por isso que precisa reescrever a história. A ditadura militar, que é um momento da utopia da extrema direita brasileira, não foi aquilo que está sendo escrito pela retrotopia. Primeiro, o passado é um passado falso. É um passado falsificado, fraudulento. Por isso reescrever a história nessa utopia regressiva é tão importante. Não é só o negacionismo, mas a forma para convencer, para argumentar para as pessoas que não houve golpe militar, que a ditadura não foi ditadura. Logo esse passado não existe.

Agora tem uma segunda coisa, que o Chico Buarque já ensinou e que seria bom a gente pensar nessa utopia regressiva, que é: “ninguém volta ao que acabou”. Então ninguém volta para o passado. Podemos aprender com o passado, quando comemoramos, quando lembramos, e podemos construir um repertório. Mas de volta ao passado, como pretende a utopia regressiva, é impossível. Então, o argumento dessa retrotopia é que o Brasil já foi grande, precisamos fazer com que ele seja grande de novo

e, portanto, vamos voltar para o passado. Essa é a proposta da extrema direita brasileira. E para construir essa utopia negativa se reescreve a história e se faz uma segunda coisa, muito interessante, que é criar esse falso passado. Mas é uma utopia que viaja no afeto triste, pois é nostálgica. Ela pretende voltar a uma casa que nunca teve. A nostalgia, quando aplicada à política, é um afeto triste. Eu quero voltar para uma casa, mas nunca tive essa casa. Se eu tiver nostalgia individualmente, os médicos vão dizer: “é uma doença da alma que está desfocada no tempo”. Aplicada à política, tem um efeito destruidor, porque significa voltar para uma casa que nunca existiu. E isso cria um perigo, porque há um monte de gente que pede essa volta ao passado. Os ministros do Supremo, os professores, as universidades, os cientistas, os artistas, os jornalistas todos estão impedindo a volta para casa.. E que casa é essa? Ela anda nos afetos tristes, a família tradicional, a hierarquia. Então se reconstrói uma pauta que interessa a essas fatias da sociedade. Só que isso na ditadura foi imposto.

Agora, o que é interessante nessa utopia regressiva, que me parece mais aterrorizante, é que ela está defendendo uma volta a um passado que não existe, mas que foi falsificado na imaginação das pessoas. O Bolsonaro não construiu isso, já estava presente antes. Fiz uma pesquisa para ver as faixas que estavam sendo levantadas pelos movimentos conservadores que emergiram a partir de 2013. Em 2013 e em 2015, nas manifestações, via-se “quero meu país de volta”, “ditadura militar”, “volta dos militares”, as faixas já apareciam. Bolsonaro só catalisou, já estava aí.

Então essas seriam as duas chaves da utopia. A que nós conhecemos está lá, a da Serra do Rodeador, está na Independência. Mas a utopia não é só aquilo que está na Independência, não é só o que sonharam os médicos da Conjuração do Rio de Janeiro. Pode dar um assunto para a gente pensar, essa história das utopias.

CPF: Seguindo nessa chave do que você vem falando a respeito dessas utopias. De alguma maneira, o Brasil permanece num estado de pensamento autoritário, conservador, que procura manter uma cisão social entre aqueles que são considerados menores e aqueles que hoje podemos chamar de elite ou donos do poder. Na sua leitura, esse tipo de permanência de fato se mantém, ou foi reinventada de alguma maneira?

Heloisa: Acho que gente cometeu um erro muito grande a partir da Constituição de 1988, porque na Carta e em seus desdobramentos, nos trinta anos que vivemos depois da sua promulgação, apostamos tudo na democracia como instituição. Então fizemos uma aposta alta nas instituições democráticas. Fizemos uma aposta alta na prática democrática, eleições regulares, voto etc. E nos esquecemos de que a democracia tem uma terceira perna, que é a cultura democrática. Tocqueville dizia que

a democracia é um modo de vida da sociedade. Disse isso de um jeito até mais bonito: “a democracia é um hábito do coração”. Não transformamos a democracia num hábito do coração dos brasileiros, e por isso que essa fatia conservadora surge na cena pública a partir de 2013. Não é reacionária, para ela a democracia é uma abstração. Então, o que estão discutindo? Estão discutindo: “meu filho não entrou na Universidade Federal de Minas Gerais por causa das cotas”, e não porque ele não estudou. “Minha filha não pode ver televisão porque ela vai ver duas mulheres se beijando e vai virar lésbica.” Então, porque estão olhando para essa pauta, são muito conservadores, mas a democracia para eles não importa, porque é abstrata, e não um hábito do coração. Daí, por que vão defender a democracia? Acho que talvez a gente tenha a chave aí, no erro que cometemos. Pensem na Independência. Se olharmos para a Independência, o que tem lá? A escravidão. Então se funda o projeto vitorioso numa estrutura que é a escravidão. Aí o Joaquim Nabuco olha para isso e diz: “Gente, vejam bem, essa escravidão aqui vai gerar uma sociedade que é hierárquica, desigual, violenta e racista”. Muito bem. Aí fala: “O que vamos fazer com isso?”. Vamos criar uma camada, uma epiderme, o termo de Joaquim Nabuco é esse, uma epiderme civilizatória, de valores civilizatórios. Mas é só uma epiderme, que se abre. 2013 cortou a epiderme, e apareceu aquilo que é essa sociedade que não traz a democracia. O Joaquim Nabuco dizia que essa é nossa ficção engenhosa de nação, essa epiderme civilizatória. Então, talvez o que a gente esteja aprendendo hoje, o que a gente precisa discutir e olhar seja isso: 1) como a democracia se torna um hábito no coração dos brasileiros? 2) como a gente olha de frente, o que não fizemos na Constituinte, para essa ficção engenhosa de nação e enfrenta esse passado para desmontá-lo?